

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional



Jaini da Porciúncula

Orientador:

Profª. Dra. Maria Teresa Duarte Nogueira

Pelotas, 2021

Jaini da Porciúncula

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P834a Porciúncula, Jaine da

Avaliação psicológica em diferentes perspectivas teóricas / Jaine da Porciúncula ; Maria Teresa Duarte Nogueira, orientadora. — Pelotas, 2022.

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Fenomenologia. 4. Análise comportamental. 5. Gestalt-terapia. I. Nogueira, Maria Teresa Duarte, orient. II. Título.

CDD : 150

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Psicologia da Universidade Federal
de Pelotas, para aprovação no Curso de
Psicologia.

Orientador:

Prof^a. Dra. Maria Teresa Duarte Nogueira

Pelotas, 2021

Jaini da Porciúncula

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, para aprovação no Curso de Psicologia.

Data da defesa: 23/3/2022

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Teresa Duarte Nogueira (Orientador)

Prof^a. Ma. Cynthia Iurgel

Esp. Luana Ribeiro Bueno

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Jaini da Porciúncula
Maria Teresa Duarte Nogueira

Resumo: A avaliação psicológica configura-se como um dos campos de estudo, ensino e atuação da psicologia, sendo atividade profissional de caráter exclusivo do psicólogo. Nos últimos anos, tem se falado muito sobre a importância dessa prática na ciência psicológica e, dentre outras constatações, notou-se a necessidade de uma formação mais sólida em avaliação psicológica, baseada nos preceitos científicos, práticos e éticos da profissão. Neste sentido, este trabalho se propõe a discutir sobre a avaliação psicológica, seus conceitos e sua realização prática, de acordo com algumas perspectivas teóricas em psicologia, dialogando com os documentos e resoluções do Conselho Federal de Psicologia sobre essa área de atuação. Tem como objetivo investigar sobre como esta prática pode ser realizada de forma coerente com os pressupostos epistemológicos da Psicanálise, da Análise Comportamental, da Fenomenologia, da Gestalt-Terapia e da Terapia Cognitivo-Comportamental. O resultado foi um panorama básico de como cada linha de abordagem realiza a avaliação psicológica e algumas reflexões pertinentes sobre o tema, tais como, a questão da necessidade de uma melhor formação acadêmica do psicólogo no que diz respeito à área de avaliação psicológica, a importância de maiores pesquisas e publicações científicas acerca do tema avaliação psicológica, entre outros.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, Psicanálise, Fenomenologia, Gestalt-Terapia, Análise Comportamental, Terapia Cognitivo-Comportamental.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica (AP) configura-se como um dos campos de estudo, ensino e atuação da psicologia, sendo atividade profissional de caráter exclusivo do psicólogo. Nos últimos anos, tem se falado muito sobre a importância dessa prática na ciência psicológica e, dentre outras constatações, notou-se a “necessidade de

uma formação mais sólida em avaliação psicológica, baseada nos preceitos científicos, práticos e éticos da profissão” (Barroso, 2015, p. 9). No ano de 1997, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou a Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica devido a uma grande preocupação de caráter institucional com essa área de trabalho. Ao longo da década dos anos 2000 foram várias as resoluções instituídas pelo CFP com o intuito de nortear e organizar a área.

Neste sentido, este trabalho se propõe a discutir sobre a avaliação psicológica, seus conceitos e sua realização prática, de acordo com algumas perspectivas teóricas em psicologia, dialogando com os documentos e resoluções do CFP sobre essa área de atuação.

Tem como objetivo investigar sobre como esta prática pode ser realizada de forma coerente com os pressupostos epistemológicos da Psicanálise, da Análise Comportamental, da Fenomenologia, da Gestalt-Terapia e da Terapia Cognitivo Comportamental. Para isto, utilizamos algumas questões norteadoras: O que é avaliação psicológica? Como ela é realizada? De que forma cada uma das abordagens citadas anteriormente busca realizar o processo de AP?

O interesse por este tema surgiu a partir da experiência com a disciplina de Avaliação Psicológica I e II e da disciplina de Teoria e Técnica Psicoterápica I, II e III, durante o curso de graduação em Psicologia, realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Na disciplina de AP aprendemos de forma teórico-prática conceitos básicos sobre o que é e como acontece o processo de AP, o que são e para quê são utilizados os testes psicológicos, bem como outros instrumentos e técnicas, de modo que, acessamos um corpo de conhecimentos bem característico dessa área de atuação. Na disciplina de Teoria e Técnica Psicoterápica temos acesso aos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicanálise, Análise Comportamental e Fenomenologia, cada uma com princípios distintos umas das outras.

Diante do que foi exposto anteriormente, surgiram algumas questões que despertaram dúvidas e que não encontraram respostas tão fáceis e imediatas. Por exemplo, como realizar a avaliação psicológica de forma que não seja incoerente com os princípios teóricos da abordagem escolhida para atuação profissional? Seria possível corresponder às recomendações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) alinhado com a abordagem de trabalho? Como realizar uma AP de qualidade, respeitando os princípios éticos que norteiam a prática em

psicologia e seguindo os pressupostos teóricos de cada linha de abordagem? Estas foram algumas das questões que, ao longo do tempo restante do curso, provocaram reflexões e que levaram à ideia de produzir este estudo.

Para pensar sobre essas questões, utilizamos levantamento bibliográfico em distintas plataformas digitais como Capes, Scielo, Google Acadêmico, Science.gov, Conselho Federal de Psicologia, IBAP, incluindo livros e artigos sobre o tema. Justifica-se pelo fato de que os pressupostos epistemológicos das diversas abordagens em psicologia ainda não são comumente discutidos em sala de aula, no que se refere ao tema da avaliação psicológica. Também justifica-se pelo fato de que ainda não há muitos textos, artigos e livros publicados referentes às questões específicas de realização da AP nas diversas linhas de abordagem em psicologia, conforme foi constatado em nossa pesquisa. Por este motivo, torna-se uma discussão pertinente visto que, outros estudantes podem ter as mesmas dúvidas e poucas respostas com relação aos temas abordados aqui.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, muito pelo contrário, em última instância, poderia ser um material de acesso voltado aos estudantes para que, partindo destas reflexões possam sentir-se motivados a buscar mais leituras, pesquisas e assim, produzir mais informações elucidativas referentes ao assunto.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa básica qualitativa de caráter exploratório onde foi realizado um levantamento bibliográfico, incluindo livros, artigos em periódicos, revistas sobre o tema da Avaliação Psicológica nas abordagens da Análise Comportamental, Gestalt-Terapia, Fenomenologia, Psicanálise e Terapia Cognitivo Comportamental, pesquisados diretamente por meio digital na plataforma Google Acadêmico, Periódicos Capes, Scielo, Science.gov, Conselho Federal de Psicologia, IBAP, Biblioteca Virtual da Saúde-Psicologia (BVS PSI). Os critérios de busca foram delimitados pelos descritores: avaliação psicológica, psicanálise, análise comportamental, fenomenologia, Gestalt-terapia. Devido à dificuldade de encontrar bibliografia com esses descritores, foram acrescentados: diagnóstico e psicodiagnóstico.

A análise dos resultados foi de conteúdo do tipo temática. Nela, os resultados obtidos são organizados e separados por categorias de acordo com o tema (MINAYO, 1993). Neste caso, as categorias foram: Avaliação Psicológica, Fenomenologia, Gestalt-Terapia, Análise Comportamental, Psicanálise e Terapia Cognitivo-Comportamental.

REVISÃO TEÓRICA: ALGUNS CONCEITOS

Em todas as áreas de atuação profissional do psicólogo a avaliação psicológica está inserida (NUNES *et al*, 2012), pois é um procedimento técnico-científico realizado antes de se iniciar qualquer intervenção psicológica, com objetivo de atender adequadamente as demandas de um indivíduo ou grupo de indivíduos através da coleta de dados, do estudo e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultado da relação entre indivíduo e sociedade (CFP, 2018). A fim de facilitar a leitura e explanação das ideias, a revisão teórica será feita em subtítulos de acordo com cada tema abordado.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

No ano de 2007 o CFP publicou a Cartilha de Avaliação Psicológica que contém informações de natureza ética, teórica e metodológica sobre Avaliação Psicológica (AP). Segundo o CFP, trata-se de “um conjunto de informações norteadoras sobre os limites e as possibilidades dos métodos de avaliação psicológica empregados no Brasil” (CFP, 2007, p.6). Em agosto de 2005, a Resolução nº10 aprova o novo Código de Ética Profissional do Psicólogo, em abril de 2018 a Resolução nº9 estabelece diretrizes para a realização da AP no exercício profissional de psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), acrescenta algumas questões relacionadas à justiça e à proteção dos direitos humanos na avaliação psicológica e revoga algumas resoluções e notas técnicas vigentes até então. E em julho de 2020 o CPF publicou Cartilha de Boas Práticas para Avaliação Psicológica em Contextos de Pandemia, com o objetivo de oferecer orientações e auxílio aos diversos profissionais psicólogos que trabalham com AP em nosso país, de modo que, diante da demanda

em AP no contexto da Pandemia, os profissionais exerçam suas práticas com qualidade e prezando sempre pela ética.

Diante disso, buscamos nos materiais disponibilizados pelo CFP referentes à AP o seu conceito e como o Conselho recomenda que seja realizada. Na Cartilha de Avaliação Psicológica encontramos a seguinte definição:

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica, e se constitui em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins aos quais a avaliação se destina (CFP, 2007, p.8).

Na Resolução nº9 de 2018, encontramos uma definição de AP não muito diferente da apresentada anteriormente:

Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (CFP 2018, p.16).

De acordo com (Lins, Borsa, 2017) o processo de AP deve ser dinâmico e de caráter integrador, visto que seu resultado deverá refletir aspectos sociais, culturais e históricos do indivíduo ou grupo avaliado. Para realizar tal tarefa, é necessário que o profissional psicólogo se organize previamente e elabore uma estrutura contendo as estratégias e procedimentos que irá realizar, bem como os instrumentos psicológicos e técnicas que irá utilizar, a sequência adequada e a forma como será realizada cada etapa, pois, “a qualidade do conhecimento alcançado está diretamente relacionada à escolha dos instrumentos psicológicos que maximizem a qualidade do processo de AP” (Lins, Borsa, 2017, p.13).

De modo geral, encontramos em (Lins, Borsa, 2017) sugestões de algumas etapas básicas que deveriam fazer parte do processo de AP, independentemente de qual seja o tipo de avaliação desenvolvida ou linha de atuação da Psicologia. Dentre as etapas recomendadas, podemos citar: recebimento da demanda, caracterização do objeto de estudo, análise da demanda, definição do objeto da avaliação, definição do tipo de avaliação a ser utilizada, elaboração do planejamento técnico, contrato de

trabalho, aplicação do plano estabelecido, levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos (a partir de diferentes técnicas), integração dos resultados dos instrumentos e técnicas, elaboração do enquadramento teórico correlacionado aos resultados analisados, elaboração de síntese conclusiva e documento conclusivo do processo de AP e escolha de procedimentos adequados para a devolução dos resultados (Lins, Borsa, 2017, p.12).

Para tanto, utiliza-se de algumas estratégias psicológicas, métodos, técnicas e instrumentos e possui um caráter processual e dinâmico, ou seja, a avaliação psicológica é um processo que não está restrito somente ao uso e aplicação de testes. De acordo com a Resolução nº9 de 2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) o procedimento de AP é prerrogativa exclusiva dos psicólogos, bem como o uso e aplicação de testes psicológicos. A avaliação psicológica é um processo amplo que envolve a investigação e integração de informações provenientes de diversas fontes e procedimentos confiáveis, entendidos como aqueles reconhecidos pela ciência psicológica, dentre elas, entrevistas, observações, testes e análise de documentos. Cabe ao profissional planejar e realizar o processo avaliativo com base em aspectos técnicos e teóricos e decidir qual a metodologia mais adequada a ser empregada em função da demanda para a qual foi solicitada (CFP, 2018).

Para Nunes *et al* (2012) a AP é considerada uma área básica na formação em Psicologia, devido ao fato de estar relacionada a um conjunto de habilidades que são esperadas em todo psicólogo ao final de sua formação acadêmica na graduação, independentemente de qual área irá atuar profissionalmente. A disciplina ou as disciplinas que tratam dos temas relacionados à avaliação psicológica têm, basicamente, o mesmo objetivo, que é desenvolver no estudante a compreensão acerca da coleta de informações, a integração de dados advindos de diferentes fontes, o relato dos resultados e a devolução das informações, a fim de uma melhor compreensão a respeito de um indivíduo ou grupo de indivíduos, a proposição de intervenção ou tomada de decisão em relação às pessoas avaliadas (NUNES *et al*, 2012).

Além disso, os temas relacionados à AP contribuem para a promoção do desenvolvimento do raciocínio em psicologia, por meio do exercício das atividades teórico-práticas nessa área, onde os estudantes têm a oportunidade de integrar resultados de técnicas e testes com conhecimentos de conteúdos de outras

disciplinas do curso, de modo que possam realizar uma compreensão dinâmica do ser humano, de forma global e integrada através de estudos de casos individuais ou de grupos (NUNES *et al*, 2012), e ainda no próprio atendimento prático.

Segundo (Bueno e Peixoto, 2018, p. 117) “estudos recentes apontam para a necessidade de aprimoramento do ensino de avaliação psicológica nas universidades brasileiras”, apontando alguns fatores que podem dificultar a melhoria na qualidade da formação acadêmica, entre eles citamos os que foram considerados principais: a permanência e prevalência de uma visão limitada e preconceituosa sobre a avaliação psicológica, a necessidade de qualificação dos professores, a baixa carga horária das disciplinas referentes à AP e o ensino descontextualizado e desconectado das demais disciplinas e conteúdos do curso, bem como o foco concentrado apenas em procedimentos de testagem psicológica (Bueno e Peixoto, 2018).

Segundo Avoglia (2012) o estabelecimento de uma relação entre psicologia clínica e patologia é apontado por uma associação entre psicologia e doença, o que significa que ainda hoje, o entendimento sobre a clínica psicológica está atrelado ao modelo médico de saúde/doença. De acordo com a autora, a aproximação a esse modelo acontecia porque no início de sua prática, os psicólogos careciam de uma identidade que fosse realmente capaz de situá-los no seu contexto de trabalho junto à saúde mental. De modo geral, os psicólogos adotaram o modelo de trabalho dos médicos, e assim, atenuaram a ausência de identidade própria. Da mesma forma, o início da prática psicológica através da aplicação de testes, mantém no imaginário popular a associação entre psicologia e testagem psicológica. E essa ideia se estende à avaliação psicológica, que está diretamente associada ao processo de aplicação e uso de testes, como se este fosse o único meio e finalidade para sua realização.

Neste sentido, Avoglia (2012) considera a importância de entendermos não apenas as teorias e as técnicas, mas também a relação entre elas e aprofundarmos o conhecimento a respeito do uso dos testes, sua fundamentação teórica, efeitos de uso, bem como, ter conhecimento profundo a respeito do processo de avaliação, e domínio e experiência com os instrumentos.

Avoglia (2012) considera que “sempre que somos solicitados a emitir um parecer ou uma apreciação sobre um determinado fenômeno, estamos realizando

um diagnóstico” (p. 181), uma avaliação. Neste sentido, se o que estiver sendo avaliado estiver relacionado a um desajuste emocional, um sofrimento psíquico ou uma inadequação social, a autora afirma que, “este diagnóstico será uma avaliação psicológica” (AVOGLIA, 2012). É importante enfatizarmos que para este fim, o profissional usará instrumentos e recursos adequados, dos quais deverá dispor, e, para tanto, estarão implicados sua responsabilidade ética e social, seus conhecimentos a respeito dos instrumentos a serem utilizados, seus conhecimentos obtidos durante a formação acadêmica, suas habilidades específicas e, também sua ideologia, mediante determinado enfoque teórico, seja explícito ou implícito. O que significa tratar-se de um saber científico, fundamentado teórica e metodologicamente, diferente do senso comum.

Neste sentido, a avaliação psicológica necessita integrar uma série de múltiplos fatores que envolvem cada caso, levantar informações disponíveis e nelas encontrar sentidos possíveis, identificar aspectos da personalidade e da vida emocional do paciente, levando em consideração uma visão global do indivíduo, o contexto no qual está inserido, a integração das informações obtidas por meio de testes, técnicas ou outros instrumentos e procedimentos, juntamente com a atenção voltada também para os aspectos saudáveis e positivos do paciente (AVOGLIA, 2012).

A autora também pontua a importância das entrevistas devolutivas, que são indissociáveis da AP e que, “muitas vezes, mais impossibilitam do que potencializam o indivíduo” (AVOGLIA, 2012, p.187), pois a devolutiva certamente terá implicações na trajetória de vida do paciente, devendo-lhe ser garantido o direito de conhecer seus resultados de forma completa. Os resultados da AP poderiam levar o indivíduo a apropriar-se de sua trajetória e conectar-se à sua perspectiva de futuro. Com relação a isso, a autora considera que o profissional ao avaliar, deve considerar os recursos disponíveis em uma determinada comunidade, com o objetivo de facilitar e potencializar o desenvolvimento e a saúde daquele indivíduo.

FENOMENOLOGIA

Araújo (2010) na abordagem fenomenológica-existencial aponta que é possível trabalhar com diagnóstico, assim como com avaliação psicológica, porém o

trabalho é realizado de uma forma diferente, pois não se rotula o cliente e a partir daí trata-se a patologia. Acontece o contrário, “reconhecemos o cliente com tal patologia e trataremos do cliente, da forma como ele se percebe enquanto ‘doente’, de como ele lida com sua patologia” (ARAÚJO, 2010).

Neste sentido, podemos dizer que o processo envolve alguns passos que são distintos das demais abordagens, são eles: diagnóstico e intervenção são processos simultâneos e complementares; a devolução é feita durante o processo e não no final dele; há ênfase no sentido da experiência dos envolvidos no processo; psicólogo e cliente são agentes ativos no processo (ARAÚJO, 2007). Sendo assim, existe uma relação de horizontalidade onde terapeuta e cliente têm importância ao longo do processo, embora o foco esteja no cliente, há um contato dialógico, que enfatiza a importância da singularidade do indivíduo, o aqui e agora, a criatividade.

A fenomenologia procura abordar o fenômeno, aquilo que se manifesta por si mesmo, de modo que possa interrogá-lo, descrevê-lo tentando captar sua essência. “O método fenomenológico consiste numa descrição sistemática dos fenômenos até chegar à sua essência, ao ponto final e irreduzível da percepção” (ARAÚJO, 2010, p. 317). Seus instrumentos metodológicos são a redução fenomenológica e o princípio da intencionalidade.

A primeira é um modo peculiar de prestar atenção, de ir ao fenômeno para então poder interrogá-lo, ou seja, dentro desta visão o psicólogo não tenta enquadrar o cliente em categorizações, pois acredita-se que a vivência da pessoa já é sua própria explicação, reduzir ao fenômeno é fazer com que o cliente entre em contato com a sua experiência, de como ele está se sentindo.

O princípio da intencionalidade diz que a consciência é sempre consciência de algo, há uma correlação entre objeto e consciência (ARAÚJO, 2010), a consciência é que dá significado às coisas, sendo assim, o cliente poderá dar novos significados às experiências que para ele são negativas, chegando assim a um equilíbrio interno. O homem aqui é visto como um ser particular com vontade e liberdade pessoais, consciente e responsável.

Segundo Araújo (2010, p. 320) “estabelecer o diagnóstico para a fenomenologia-existencial é identificar em que ponto de sua existência o sujeito se encontra e que significados ele atribui a si e ao mundo”. Enquanto terapeutas, não podemos dizer ao cliente o que é bom ou mau, pois o valor das coisas varia de

indivíduo para indivíduo, por causa da individualidade que é básica para o existencialismo. Neste sentido, uma boa descrição diagnóstica não é apenas uma categorização, mas traz informações facilitando a compreensão da estrutura psicológica do cliente, fazendo com que o psicólogo não se restrinja apenas ao diagnóstico em si e na melhor teoria para aplicá-lo. Portanto, compreende-se que não se pode ser avaliado dentro de padrões estabelecidos, pois o sujeito é antes de tudo uma pessoa que sofre, que precisa ser ouvida e compreendida a partir de seus próprios sentimentos, emoções, do que ela fala, do que vivencia (ARAÚJO, 2010).

ANÁLISE COMPORTAMENTAL

De acordo com Sdoukos *et al* (2019, p. 80) a Análise Comportamental “pode ser definida, por sua vez, como uma ciência, iniciada por B. F. Skinner, e que difere de outras abordagens da psicologia em termos de seu objeto de estudo, sistema de medida, procedimentos e referencial de análise”. Segundo os autores citados, Skinner documentou através de diversos estudos, as relações funcionais entre contingências e comportamento e, desse modo, apresentou uma explicação do comportamento sem recorrer à fisiologia interna do organismo ou a processos mentais (SDOUKOS *et al*, 2019). De acordo com as pesquisas realizadas pelos autores, diversas características da abordagem comportamental parecem afastar os profissionais da AP, levando-os a optarem por trabalhar ou com Análise do Comportamento ou com avaliação psicológica, como se uma fosse excludente da outra. Referem, porém, que é possível a aplicabilidade da AP a partir do escopo da Análise do Comportamento.

Sdoukos *et al* (2019) apontam três dimensões na abrangência da AP: observacional, inquiridora e representativa. A dimensão observacional objetiva identificar a conduta, é uma forma de apreciação imediata do avaliando, exige observação e categorização de conteúdos. Essa dimensão é considerada um instrumento de trabalho de coleta de dados, servindo aos profissionais para que aumentem a compreensão a respeito do comportamento investigado, facilite o levantamento de hipóteses ou diagnóstico e permita o acompanhamento do desenvolvimento de uma intervenção ou tratamento e testem seus efeitos ou eficácia. Os resultados devem ser descritos em linguagem científica, obedecendo os

critérios de objetividade, clareza e exatidão, concisão e ser diretos ou afirmativos (envolve descrever os comportamentos sem usar a negação) (SDOUKOS, 2019).

A dimensão inquiridora é entendida como entrevista psicológica inicial, possui três objetivos principais que são a interação, a coleta de dados e a intervenção, sendo que esta poderá ocorrer eventualmente. Já a dimensão representativa é entendida como testagem psicológica, que envolve uma série de cuidados prévios à sua aplicação, bem como durante e após a aplicação dos testes. É necessário conhecer o instrumento que será utilizado, quais constructos são medidos e quais são suas bases teóricas, para que não haja incoerências nos referenciais do profissional e do teste escolhido, ter clareza quanto aos objetivos que se pretende atingir, planejar o tempo, seguindo as especificações do material e verificar as condições físicas do local de aplicação, evitar generalizações além dos limites do teste e fornecer devolução dos resultados, entre outros.

Segundo Sdoukos *et al* (2019) há etapas importantes na execução do processo de AP que devem ser seguidas, para isto o profissional deve elaborar uma estratégia de avaliação, determinando com clareza os passos para sua realização e ao final, elaborar um relatório ou laudo psicológico de acordo com os objetivos da avaliação e o contexto de entrega do documento, que deve ser redigido conforme requisitos da Resolução nº06 de 2019 do CFP.

PSICANÁLISE

Xavier e Neves (2014) afirmam que o objetivo principal da clínica psicanalítica é a cura pela fala, sendo essa fala não apenas verbal, mas também aquilo que é dito nas entrelinhas, no desenho, no brincar. Os conceitos centrais na compreensão da relação terapêutica, de acordo com a psicanálise, são a transferência e a contratransferência, elementos essenciais para que haja a dinâmica e a ação terapêutica. O sujeito chega com sua fala que demanda um desejo de poder compreender sua dor, e o outro a escutar, pois esta é a forma de acesso ao sujeito, sendo este, um momento singular para comunicação entre o paciente e o analista Xavier e Neves (2014).

De acordo com os pressupostos da psicanálise, considerada uma teoria de desenvolvimento psíquico, na qual trabalha-se simultaneamente com vários estratos

da mente, referentes às diferentes etapas do desenvolvimento, estas armazenadas numa memória mais consciente ou menos consciente, chamada de inconsciente, as autoras apontam a possibilidade de realizar a AP com objetivo de conhecer melhor o funcionamento da psique humana, visando orientar ou tomar certas decisões relativas à pessoa em questão Xavier e Neves (2014).

A realização do processo de avaliação psicológica, segundo elas, “possui variados instrumentos que incluem testes psicológicos, técnicas de dinâmicas, entrevistas e observação” (XAVIER E NEVES, 2014, p.46). Esse processo deve ser previamente elaborado pelo profissional, de acordo com o objetivo a ser alcançado e cada instrumento utilizado deve ser conhecido e dominado pelo psicólogo e também deve estar em concordância com as recomendações do CFP e ser coerente com a linha de abordagem do profissional.

Como exemplo de instrumentos que podem ser utilizados em sintonia com os pressupostos psicanalíticos, as autoras citam os testes projetivos House-Tree-Person (Casa-árvore-pessoa HTP) e Teste de Apercepção Temática (TAT). No HTP o indivíduo mostra-se através dos desenhos feitos à mão livre, representando a maneira como percebe o meio em que vive, as pessoas e como se sente diante delas, ou seja, indicará sua maneira peculiar de ser e sentir. No TAT, por meio da utilização de um grupo de figuras com representações de cenas variadas, com diferentes graus de estruturação e realismo, o sujeito avaliado é convidado a contar uma história e é nessa história que ele irá deixar, mesmo sem perceber, traços da sua vida, sendo assim, possível identificar suas atitudes frente a diversas situações Xavier e Neves (2014).

As autoras também destacam a importância de não se utilizar apenas um instrumento para avaliar, pois as características que aparecem devem ser analisadas na história de vida trazida pelo sujeito, nos dados obtidos na entrevista inicial e nas observações do profissional ao longo do processo de AP com o objetivo de obter uma compreensão global da personalidade.

GESTALT-TERAPIA

Ribeiro (2012) aponta que para a Gestalt-Terapia o ser humano é considerado um ser criativo, transformador, integral, singular, relacional,

contextualizado. Isto quer dizer que, “ter uma visão integral do ser humano significa vê-lo como uma totalidade” (SANTOS, 2015, p.19). Acreditar que o ser humano é um ser integral, portanto, contextualizado, faz com que em uma AP, o profissional esteja interessado em como os diferentes contextos estão implicados no sintoma do indivíduo. Neste sentido, dentro de uma AP o foco não está no sintoma, pois acredita-se que tudo o que o paciente trazer para as sessões estará fazendo parte de sua totalidade. Deve-se olhar para o sintoma para além de seus prejuízos, pois na concepção gestáltica o sintoma também tem a função de regulação e interessa muito mais, compreender como o indivíduo se relaciona com seu campo de atuação e que significados esse campo atribui a esse comportamento (sintoma) (SANTOS, 2015). Portanto, o papel do psicólogo em uma AP passa por compreender a pessoa que chega, sem pré-conceitos, observando não só as dificuldades que o sujeito tem, mas também suas potencialidades, de modo que o profissional possa intervir, oferecendo recursos para que o cliente possa se dar conta do seu funcionamento.

De acordo com Santos (2015) o processo de avaliação psicológica deve ser previamente elaborado e planejado de acordo com a demanda de cada cliente, utilizando-se de diferentes instrumentos, técnicas, entrevistas e observações, de modo a perceber o sujeito em sua totalidade. É necessário que o profissional tenha total conhecimento e domínio das etapas do processo, bem como dos instrumentos que serão utilizados, a fim de que consiga obter os resultados pretendidos e sua prática não divirja dos pressupostos de sua abordagem teórica de trabalho.

A Gestalt-Terapia é uma abordagem que valoriza o diálogo e o cuidado com a relação, este é um dos motivos de utilizar os testes psicológicos como forma de facilitar o diálogo com a família, com outros profissionais e com outros contextos nos quais o cliente esteja inserido. Isto não significa que utilizar testes é a única possibilidade de estabelecer esse diálogo, mas em alguns casos isso tem ocorrido de forma positiva, dando margem a reflexões (SANTOS, 2015).

A autora aponta outra possibilidade do uso de testes, neste caso, como um meio expressivo assim como outras ferramentas utilizadas em AP, que somente devem ser utilizados se forem oportunos para elucidar as necessidades do cliente em primeiro plano, seguindo as necessidades do psicólogo e de quem solicitou a avaliação. Considera que o uso de testes psicológicos não deve ser ressaltado, nem que seus resultados sejam usados para diagnóstico, mas acredita que eles podem

ser úteis em alguns casos, no processo de avaliação psicológica, fornecendo mais recursos para trabalhar com a família e outros profissionais. Acrescenta ainda que, seu uso requer que o profissional adapte as descobertas à linguagem própria da Gestalt-Terapia. Ainda sobre a utilização de testes psicológicos, Santos (2015) acrescenta que a possibilidade de incoerência no uso de testes está no “como” usamos e “para que”, do que propriamente na ferramenta.

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Segundo Araújo e Shinohara (2002) a característica mais marcante em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) está na ênfase dada aos processos cognitivos sobre outros elementos que são geralmente abordados pelas psicoterapias, sejam eles: o comportamento, o ambiente, onde se inclui a história de vida, a biologia e os afetos ou emoções. Não se quer dizer com isso que os pensamentos sejam mais determinantes de distúrbios psicopatológicos do que os outros quatro fatores mencionados anteriormente, mas sim, que, “através da modificação de padrões cognitivos distorcidos ou disfuncionais, podemos alterar os outros quatro e, conseqüentemente, obter uma melhora global do funcionamento do indivíduo” (ARAÚJO E SHINOHARA, 2002, p. 01).

De acordo com as autoras referidas anteriormente, a Terapia Cognitiva de Beck é uma abordagem psicoterapêutica estruturada, voltada para o presente, na qual existe participação ativa entre o terapeuta e o cliente. Baseia-se no Modelo Cognitivo e utiliza-se de técnicas específicas, que são predominantemente cognitivas e comportamentais, tendo como objetivo a modificação dos padrões de pensamentos e de crenças disfuncionais que causam sofrimento e distúrbios psicológicos no indivíduo. Parte do princípio de que “as emoções, comportamentos e reações fisiológicas estão diretamente ligados à forma como o indivíduo avalia suas experiências no mundo” (ARAÚJO E SHINOHARA, 2002, p. 02). O que significa que, a forma como os indivíduos interpretam as situações será fator determinante do modo como eles irão se sentir, afetiva e fisiologicamente e de como irão se comportar.

Neste sentido, o processo de avaliação psicológica em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) está diretamente relacionado ao que chamamos

de formulação de caso, ou seja, uma formulação de caso “é uma teoria sobre o cliente que busca relacionar as dificuldades apresentadas de forma clara e significativa, integrando-as isoladamente e entre si” (ARAÚJO E SHINOHARA, 2002, p. 3). É a formulação que orienta o terapeuta nas escolhas das melhores técnicas e instrumentos que norteiam a avaliação. Em outras palavras, podemos perceber que, de uma boa compreensão dos fatores que causam ou mantêm distúrbios psicológicos, depende o planejamento de intervenções clínicas efetivas e individualizadas para cada pessoa, visto que, cada um possui uma história própria de experiências e aprendizagens. Desse modo, “a formulação de caso permite uma coerência nas decisões terapêuticas. Permite que processos de mudança realmente ocorram” (ARAÚJO E SHINOHARA, 2002, p. 6).

Araújo e Shinohara (2002) sugerem etapas básicas a serem cumpridas no processo de formulação e AP, entre elas citamos: identificação do cliente, história de vida, lista de problemas, fatores precipitantes e situações ativadoras, crenças centrais e intermediárias, origem e desenvolvimento das crenças, medidas padronizadas e complementares (uso de testes, técnicas e escalas psicológicas), hipóteses diagnósticas e de trabalho, metas e intervenções. Ressaltam que todo o processo deve ser bem pensado e a formulação elaborada com todo o cuidado, de forma que possa auxiliar o máximo possível fornecendo informações a respeito do cliente, contribuindo na escolha de instrumentos e técnicas para a avaliação psicológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após esta revisão literária realizada, neste tópico serão apresentados alguns resultados na tentativa de discutir sobre algumas questões, como por exemplo: como realizar a avaliação psicológica de forma que não seja incoerente com os princípios teóricos da abordagem escolhida para atuação profissional? Seria possível corresponder às recomendações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) alinhado com a abordagem de trabalho? Como realizar uma AP de qualidade, respeitando os princípios éticos que norteiam a prática em

psicologia e seguindo os pressupostos teóricos de cada linha de abordagem?

No que se refere à realização da avaliação psicológica de forma que não seja incoerente com os princípios teóricos da abordagem escolhida para atuação profissional, pelo viés fenomenológico, Araújo (2010) nos diz que é possível realizar AP, porém, o processo acontece de modo diferente do que se costuma ver em outras abordagens, pois há que se considerar a individualidade do sujeito sem usar categorizações. O foco não está na patologia, mas no cliente, em como ele se sente com tal patologia e como lida com ela, considerando sua autopercepção e singularidade no aqui e agora. E complementando esta ideia, Araújo (2010) confirma que no processo de AP são utilizados a redução fenomenológica e o princípio da intencionalidade que visam descrever e compreender o fenômeno em sua originalidade, sem conceitos prévios e perceber quais significados o indivíduo atribui às suas experiências, sendo possível ressignificá-las quando necessário, a fim de restabelecer o equilíbrio interno.

No que tange às recomendações do CFP referentes às práticas em AP e ao exercício profissional do psicólogo, a abordagem fenomenológica cumpre todos os princípios éticos e técnicos, pois respeita a dignidade, a liberdade e a integridade do ser humano, bem como promove a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e grupos.

Em análise comportamental, Sdoukos *et al* (2019) apontam que, embora haja quem pense que pelo viés comportamentalista não seja possível realizar AP, é exatamente o contrário. O processo acontece de forma estruturada apoiado no tripé das dimensões observacional, inquiridora e representativa, mostrando haver compatibilidade entre os princípios teóricos e metodológicos da análise comportamental e o processo de AP. Ao contrário do método fenomenológico, a AP em análise comportamental envolve categorização, porém isso não a impede de corresponder positivamente aos preceitos e recomendações indicados pelo CFP.

Sdoukos *et al* (2019) afirmam que o processo de AP deve ser pensado, elaborado e estruturado pelo psicólogo de modo a cumprir, em cada uma de suas etapas, todos os objetivos estabelecidos para sua realização, de acordo com a finalidade para a qual se destina. Inclusive, no que diz respeito à utilização de testes psicológicos, recomendam que o profissional conheça profundamente os pressupostos teóricos e práticos dos instrumentos utilizados, bem como a sua forma

de aplicação, o tempo a ser empregado, os constructos a serem medidos para que estejam de acordo com os pressupostos teóricos da análise comportamental.

Neste sentido, percebemos que há uma preocupação dos autores, referente à AP em análise comportamental, com a elaboração e a prática do processo de avaliação, pois suas recomendações corroboram com os documentos elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia em relação à essa prática avaliativa, de modo que seja realizada com ética, responsabilidade e cuidado.

Do mesmo modo, notamos que em Psicanálise, Xavier e Neves (2014) evidenciam que existe semelhante cuidado e preocupação, a fim de que o processo de AP seja coerente com os pressupostos teóricos e epistemológicos da teoria psicanalítica. De modo que haja rigoroso cuidado na elaboração das etapas investigativas durante a AP, a fim de que ao final do processo os objetivos sejam alcançados satisfatoriamente.

Inclusive, na utilização e aplicação de testes psicológicos, que devem ser os indicados e validados pelo SATEPSI e devem ter coerência com a linha teórica utilizada pelo profissional, as autoras destacam a necessidade do psicólogo ter conhecimento e domínio total dos instrumentos que irá utilizar. Neste caso, Xavier e Neves (2014) mencionam como exemplo, dois testes psicológicos específicos, que são chamados de testes projetivos, pois estão mais relacionados à projeções do inconsciente do indivíduo, que se manifestam por meio do desenho e do contar de histórias. Além de que, Xavier e Neves (2014) ressaltam mais uma vez, a importância e necessidade do psicólogo estar alinhado às normas e recomendações do CFP com relação às práticas em AP e ao uso de testes psicológicos.

Já na perspectiva gestáltica Santos (2015) considera o ser humano como um ser integral, o que significa vê-lo como uma totalidade, ou seja, como um sujeito contextualizado. De acordo com essa concepção, no processo de AP o foco não está no sintoma, pois considera-se que tudo faz parte da totalidade do indivíduo e o sintoma exerce uma função reguladora. Neste caso, para Santos (2015) a AP deve ser elaborada e planejada conforme a necessidade de cada pessoa, de modo que o profissional possa exercer a compreensão do sujeito sem conceitos prévios, atentando-se não somente nas dificuldades, mas também nas potencialidades de cada um e na forma como poderá intervir a fim de que o cliente possa perceber seu próprio funcionamento.

Neste sentido, segundo Santos (2015) o processo de AP conta com a utilização de diversos instrumentos, entre eles, técnicas, testes, entrevistas e observações, todos com o objetivo de compreender o sujeito em sua totalidade, e que devem ser bem conhecidos e estudados previamente pelo psicólogo, para que este tenha total domínio na aplicação e execução das técnicas e instrumentos.

De acordo com Santos (2015), a Gestalt-Terapia valoriza o diálogo e o cuidado com os relacionamentos, por esse motivo, os testes psicológicos são utilizados como meio de promover e facilitar o diálogo com os diferentes contextos nos quais o indivíduo está inserido, como a família, escola, os diferentes profissionais que tratam aquela pessoa. Isto não significa que o uso de testes seja a única forma de dialogar com os demais contextos de inserção do sujeito, mas que essa via tem se mostrado bastante positiva.

Uma outra possibilidade para o uso de testes é apontada pela autora, sob o viés gestáltico, que é o teste como um meio expressivo, bem como outras ferramentas utilizadas no processo de AP, porém somente usados se for necessário a fim de elucidar questões importantes para o cliente e demais interessados na avaliação. A Gestalt-Terapia não considera os resultados dos testes para fins de diagnóstico, porém acredita que podem ser úteis algumas vezes, durante a AP como fornecedores de recursos para dialogar e trabalhar com a família e outros profissionais que façam parte do contexto do cliente (Santos, 2015).

Ainda um outro aspecto importante é destacado por Santos (2015) com relação à perspectiva teórica da Gestalt-Terapia e o processo de AP, que é a necessidade do psicólogo adaptar os resultados e linguagens dos testes e técnicas à linguagem própria da Gestalt-Terapia, de modo que todo o processo seja coerente com a sua linha teórica de trabalho.

Araújo e Shinohara (2002) apresentam o processo de avaliação psicológica no viés da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) que acontece interligado à formulação de caso, sendo que esta tem a função de fornecer maiores informações sobre o cliente relacionando as dificuldades apresentadas e integrando-as isoladamente e entre si.

Segundo Araújo e Shinohara (2002) a TCC tem como característica fundamental a ênfase nos processos cognitivos, pois acredita-se que por meio da modificação de padrões cognitivos distorcidos, se pode alterar outros elementos,

sendo possível haver uma melhora significativa no funcionamento global do indivíduo. Por esse motivo a formulação de caso é uma etapa importante no processo de AP, pois fornece informações sobre o funcionamento do indivíduo, os problemas e dificuldades que ele apresenta, suas crenças centrais e intermediárias, seus padrões cognitivos, entre outros.

A formulação de caso orienta o psicólogo na escolha dos instrumentos e técnicas mais adequados à avaliação psicológica, pois quanto melhor e mais clara for a identificação dos fatores que causam ou mantêm os distúrbios psicológicos, mais chances de elaborar intervenções efetivas e individualizadas de acordo com a necessidade de cada sujeito. Neste sentido, Araújo e Shinohara (2002) indicam algumas etapas básicas para a formulação de caso e posterior avaliação psicológica, entre elas encontram-se a identificação do cliente, o levantamento da história de vida, lista de problemas, os fatores precipitantes, entre outros. Desse modo, percebemos que todas essas etapas foram elaboradas e seguidas de acordo com os pressupostos da Terapia Cognitivo-Comportamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, a área de avaliação psicológica é bastante dinâmica e de extrema importância na ciência psicológica, pois diversos indivíduos e instituições podem ser beneficiados pelo processo de AP, enquanto este auxilia os sujeitos a atingirem seus objetivos. Neste sentido, compreendemos que a AP pode contribuir a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio de uma correta identificação de prováveis potenciais e fragilidades, propondo as intervenções mais adequadas de acordo com a necessidade de cada indivíduo e situação. Porém, percebemos que o contrário também é verdadeiro, ou seja, esse mesmo procedimento de AP tem potencial para causar danos às vidas das pessoas, principalmente nos casos em que for realizado com imperícia, por má qualificação, desconhecimento ou despreparo do psicólogo que estiver realizando a avaliação.

Entendemos que, independentemente da linha teórica de abordagem com a qual o profissional trabalhe, fica claro que este possui grande responsabilidade na

realização da AP em todas as etapas do processo, seja na escolha dos instrumentos, no conhecimento e domínio dos materiais, técnicas e testes, na forma de trabalho e condução de cada momento, bem como na elaboração dos documentos referentes à avaliação, nas propostas de intervenção, devolução das informações, etc.

De acordo com a bibliografia pesquisada, notamos acentuada preocupação com a formação acadêmica do psicólogo, de modo que esta seja suficiente para fornecer conhecimentos e práticas que, efetivamente, preparem o estudante para atuação profissional com segurança, ética, domínio e entendimento pleno sobre o que está fazendo, pois a falha na formação pode implicar em problemas graves que podem se tornar frequentes, como o mau uso e a má qualidade dos instrumentos, má conduta profissional, falhas éticas e epistemológicas.

Outro ponto a considerar, diz respeito, mais especificamente, à produção deste trabalho, pois devido às condições nas quais nos encontramos, em circunstâncias de pandemia e fortes restrições, esta pesquisa foi realizada, em sua maior parte, através de plataformas digitais. Uma das grandes dificuldades enfrentadas, foi a escassez de produções científicas em idioma português, neste caso, nos referimos a artigos acadêmicos e pesquisas referentes à AP. Percebemos que o meio científico carece de produções atualizadas no âmbito do vasto leque da avaliação psicológica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. O diagnóstico na abordagem fenomenológica-existencial. **Revista IGT na Rede**, v. 7, nº 13, 2010. p. 315-323. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/> Acesso em 15/4/2021

ARAÚJO, C. F.; SHINOHARA, H. Avaliação e diagnóstico em terapia cognitivo-comportamental. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jun. 2002. ISSN 1981-8076. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3191> Acesso em 22/10/ 2021 doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v6i1.3191>.

ARAÚJO, M. F. Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.9, nº 2, 2007. Disponível em <https://psibr.com.br/leituras/psicologia-clinica/estrategias-de-diagnostico-e-avaliacao->

[psicologica](#) Acesso em 15/11/2021

AVOGLIA, H. C. O sentido da avaliação psicológica no contexto e para o contexto: uma questão de direito. **Revista Psicólogo informação**, ano 16, nº 16, jan./dez. 2012, p. 179-190. Instituto Metodista de Ensino Superior. Disponível em <http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo> Acesso em 21/4/2021

BARROSO, S. M. Avaliação psicológica: da teoria às aplicações/Sabrina Martins Barroso, Fabio Scorsolini-Comin, Elizabeth do Nascimento. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BUENO, J. M. H.; PEIXOTO, E. M. (2018). Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(n.spe), 108-121. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878> Acesso em 21/6/2021

CFP - **Conselho Federal de Psicologia**. Cartilha de avaliação psicológica. CFP, 2013. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Avalia%C3%A7aopsicologicaCartilha-04-11.pdf> Acesso em 20/3/2021

_____**Conselho Federal de psicologia**. Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia [recurso eletrônico]. CFP, 2020. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-de-boas-praticas-para-avaliacao-psicologica-em-contextos-de-pandemia/> Acesso em 12/6/2021

_____**Conselho Federal de Psicologia**. Código de ética profissional do psicólogo. CFP, 2005. 20 p. Disponível em <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/> Acesso em 20/3/2021

_____**Conselho Federal de Psicologia**. Resolução do Exercício Profissional nº 9/2018. CFP, 2018. Disponível em <https://atosoficiais.com.br/lei/avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao> Acesso em 20/3/2021

_____**Conselho Federal de Psicologia**. Resolução do Exercício Profissional nº 6/2019. CFP, 2019. Disponível em <https://atosoficiais.com.br/lei/elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pelo-psicologo-decorrentes-de-avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao> Acesso em 20/3/2021

CIPULLO, M. T.; AZEVEDO, D. C. A perspectiva fenomenológico-existencial na compreensão das técnicas projetivas no psicodiagnóstico infantil. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, nº 1, p. 139-157, abr. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-1168201800010009 Acesso em 15/4/2021

GONÇALVES, J.; OLIVEIRA, A.J.; SILVA, J.V.A. Psicologia Cognitivo-Comportamental e experiência de estágio em Psicologia Clínica: avaliação

psicológica da Ansiedade. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 8, n.21, p.28-36, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.25242/887682120181344>
Acesso em 03/10/2021

GORENSTEIN, C.; WANG, Y. P.; HUNGERBUHLER, I. Instrumentos de avaliação em saúde mental. (Organizadores) Clarice Gorenstein, Yuan-Pang Wang, Ines Hungerbuhler. - Porto Alegre: Artmed, 2016.

GOUVEIA, V. V. Formação em Avaliação Psicológica: Situação, Desafios e Diretrizes. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2018, v. 38, n. spe, pp. 74-86. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208641> ISSN 1982-3703.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703000208641>. Acesso em 02/11/2021

LINS, M. R. C.; BORSA, J. C. Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos/Manuela Ramos Caldas Lins, Juliane Callegaro Borsa, (organizadoras). - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. - (Coleção Avaliação Psicológica)

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 269p.

NUNES, M. O. et al. Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. **Revista Avaliação Psicológica**, IBAP, 2012, 11(2), p. 309-316. Disponível em <http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo> Acesso em 02/4/2021

RIBEIRO, E. G. & GOMES, A. M. 2018. Avaliação Clínica Psicológica. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva**, 3(2)27-39, 2018, ISSN: 2448-394X. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/351088664_Estudo_de_Caso_Clinico_Avaliacao_Clinica_Psicologica_Infantil_Com_Enfoco_na_Terapia_Cognitivo_Comportamental_-_TCC Acesso em 03/10/2021

SANTOS, T. A. Avaliação psicológica no atendimento infantil: Uma perspectiva gestáltica. **Revista IGT na Rede**, v.12, nº 22, 2015. p. 8-27. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/> Acesso em 01/5/2021

SDOUKOS, S. S.; KIRCHNER, L. F.; CAVALHEIRO, M. C. **Psicologia e análise do comportamento** [livro eletrônico] : pesquisa e intervenção/organizadores: Josiane Cecília Luzia...[et al.]. Avaliação psicológica e Análise do Comportamento: Relações possíveis? Cap. 7, p. 80-88. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/publicacoes/> Acesso em 06/6/2021

SOUZA, I. C. W. de; CÂNDIDO, C. F. G. Diagnóstico psicológico e terapia cognitiva: considerações atuais. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 2, p. 82-93, nov. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-5687200900020009&lng=pt&nrm=iso Acesso em 27/6/2021

TENÓRIO, C. M. D. A Psicopatologia e o Diagnóstico numa Abordagem Fenomenológica–Existencial. **Universitas Ciências da Saúde** - vol.01 n.01 - pp. 31-44. Brasília, 2003. Disponível em

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/493/31>
5 Acesso em 10/5/2021

XAVIER, L. L.; NEVES, G. M. B. A clínica psicanalítica e a avaliação psicológica. **Revista UNI-RN**, Natal, v.13, nº 1/2, p. 36-51, jan. /dez. 2014. Disponível em <http://www.revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/335/28> Acesso em 21/4/2021

